


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0002249-84.2012.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **Antonio Tadeu Nunes**  
 Requerido: **Mapfre Vera Cruz Seguradora Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

ANTONIO TADEU NUNES move a presente ação indenizatória em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A. sustentando que em 30 de maio de 2009 envolveu-se em acidente de trânsito e, em razão dos ferimentos, ficou totalmente incapacitado para o trabalho. Assevera que, mediante regular procedimento administrativo, a ré efetuou pagamento de indenização no valor de R\$ 800,00. Menciona que não aquiesceu com o valor ofertado, alegando fazer jus à quantia de R\$ 13.500,00. Pede que o requerido seja condenado ao pagamento da diferença entre o valor recebido e a indenização securitária, calculada em R\$ 12.700,00. Juntou os documentos de fls. 08/25.

Citado, o requerido apresentou resposta contrapondo-se às alegações do autor e suscitando preliminar de ilegitimidade passiva e questão prejudicial de mérito – prescrição. Juntou documentos (fls. 30/97).

Houve réplica (fls. 99/104).

Sentença às fls. 110/115 julgando procedente o pedido.

Apelação às fls. 123/144 à qual foi dado provimento para anular a sentença (fls. 164).

Recebidos os autos, determinou-se a especificação de provas pelas partes.

Manifestação da ré às fls. 170/174. Silente o autor (fls. 175).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

A ação é improcedente.

Afasto a preliminar arguida, porquanto, na hipótese, qualquer das seguradoras integrantes do sistema de Consórcio do Seguro DPVAT dispõem de legitimidade passiva e os documentos de fls. 18/20 apontam para a correção do polo.

Da mesma forma, afasta-se a questão prejudicial de mérito, na medida em que o requerimento administrativo suspende o prazo prescricional (Súmula 229 do STJ) e a ação foi proposta em tempo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem no caso as condições da ação, como a legitimidade das partes, a possibilidade jurídica do pedido e o interesse processual. Também não vislumbro qualquer vício impeditivo de julgamento do mérito, estando ausentes as hipóteses dos artigos 267 e 295 do Código de Processo Civil.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo inócuo e despendioso produzir demais provas em audiência ou fora dela, principalmente porque as provas pretendidas pelo autor já estão nos autos e são matérias incontroversas. Sabe-se que é permitido ao julgador apreciá-las livremente, seguindo impressões pessoais, tudo em conformidade com o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, norteador do sistema processual brasileiro.

Nesse caso, temos em conta que: 1) os elementos de convicção acostados são suficientes ao deslinde da causa e hábeis a sustentar a linha decisória; 2) quaisquer provas adicionais careceriam de aptidão para modificar o dispositivo; 3) as próprias alegações de ambas as partes, ao delimitar os elementos objetivos da lide, fazem concluir pelo julgamento no estado em que se encontra o processo. Inclusive, ao julgar antecipadamente valho-me do poder de zelar pela rápida prestação jurisdicional.

O pedido é improcedente.

Os documentos anexados pela ré demonstram aquiescência do autor com o valor da indenização durante o procedimento administrativo.

Intimado para especificar provas o autor manteve-se inerte, mesmo ciente do v. acórdão que declarou imprestável o laudo pericial que acompanhou a petição inicial.

O requerente adotou postura incompatível com a intenção de produzir prova pericial e, na petição inicial, postulou unicamente a *"prova emprestada referente ao laudo médico, onde foi realizada perícia médica recentemente nos autos 941/2010, por economia processual e celeridade, já que ficou confirmada invalidez permanente do autor"* (fls. 06).

Pois, a parte autora não se desincumbiu do ônus que lhe impõe o artigo 333, I, do Código de Processo Civil, de provar o fato constitutivo de seu direito, na medida em que os documentos anexados aos autos são insuficientes para demonstrar, com segurança, a presença dos requisitos enumerados na Lei 6.194/74.

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Arcará a parte autora com as custas e despesas processuais e honorários advocatícios de 10% do valor da causa atualizado, observando-se, contudo, o artigo 12 da Lei 1.060/50 por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 11 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**